

Conselho Municipal da Habitação deverão receber a ata da reunião anterior, a pauta da futura reunião e, em avulso, os documentos relativos às matérias objeto da pauta, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. As atas de reunião serão publicadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, após sua aprovação pelo Conselho Municipal da Habitação. Somente os titulares têm direito a voz e a voto nas reuniões. Os suplentes somente têm direito a voz e a voto nas ausências justificadas do Conselheiro titular, bem como na hipótese de assumir o cargo por perda de mandato do titular. Ausência justificada é aquela comunicada, por escrito, à Secretaria Executiva do CMH, pelo titular ou suplente, até o início da reunião, ou data posterior, quando por motivo de força maior não for possível apresentá-la, naquele ato. Solicitações de voto: os Conselheiros poderão enviar solicitações de voto que deverão conter enunciado sucinto do objeto da pretensão, histórico ou justificativa do pleito, minuta de resolução e, se for o caso, anexo contendo parecer técnico e outras informações pertinentes. As solicitações de voto deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que entrem na pauta da próxima reunião ordinária. Fontes de recursos do Fundo Municipal de Habitação: dotação orçamentária, à qual serão carregados também os recursos repassados ao Município decorrentes da elevação das aliquotas de tributos federais ou estaduais sempre que, na origem, estejam vinculados ao incremento da produção habitacional; créditos suplementares a ele destinados; os retornos e resultados de suas aplicações; multas, correção monetária e juros em decorrência de suas operações; contribuições ou doações de outras origens; os de origem orçamentária da União e do Estado, destinados a programas habitacionais; os derivados de operações interligadas, na forma regulamentada em lei própria e de operações em parceria com o setor privado voltadas exclusivamente à produção de empreendimentos habitacionais; os provenientes de empréstimos internos e externos; os originários de empréstimos concedidos por autarquias, empresas ou administração indireta do Município, direcionados a programas habitacionais de interesse social, voltados a seus servidores; outros recursos destinados a programas habitacionais. Essa é a síntese de todo o funcionamento do conselho e do Fundo Municipal. Muito obrigado. **Sr. Sidnei** - Acho que, dentro da pauta, existem alguns GTs já prontos, mas acho que, pelo tamanho da problemática da cidade, pelas condições de coisas que existem hoje, talvez poderíamos pensar em algumas comissões temáticas ou GTs, para pensarmos nas coisas mais emblemáticas que temos que discutir na cidade. **Sr. Floriano** - Vamos considerar isso, Sidnei. A medida que vão aparecendo os problemas, podemos formar um GT ou uma comissão temática, para discutir. **Sra. Ana Maria** - Está previsto no Item 8 da pauta de as pessoas indicarem os temas que elas querem, para realização desses grupos. Vamos explicar o Regimento Interno dos grupos de trabalho. E aí podemos abrir a discussão para a participação desses grupos. **Sr. Dito** - A próxima reunião do CMH, da Executiva, está marcada para o mês de agosto. E o prazo para apresentarmos a solicitação de voto é dia 04 de agosto, segunda-feira. Hoje é sexta-feira e não temos a menor condição de fazermos uma reunião a partir das sugestões, das questões, do conteúdo, que está sendo tratado aqui, para apresentar uma solicitação de voto na segunda-feira! Então, queria sugerir, apresentarmos o voto e sugerirmos o conteúdo depois, ou, como hoje é a primeira reunião, que o conselho considere abrir uma excepcionalidade para que possamos fazer a solicitação de voto talvez três ou quatro dias depois. **Sra. Ana Maria** - Dito, esse é um assunto que está na proposta de agenda da pauta, e podemos fazer alterações neste momento. **Sr. Floriano** - Agora, vamos fazer uma rápida apresentação do balanço das atividades da Secretaria de Habitação e da COHAB. **Sra. Márcia** - Bom dia a todos. A cidade vem crescendo, nos últimos anos, e hoje temos, numa estimativa do IBGE, cerca de 11 milhões e 800 mil pessoas morando nesta cidade, sendo que desses, 3 milhões habitam em situação precária. A partir daí, em 2006, 2009, muitos daqui devem ter acompanhado a inauguração do Plano Municipal de Habitação. Como ele careceu de participação popular, na Câmara, audiências públicas e discussão com a sociedade, o Ministério Público acabou por suspender a sua implementação e um novo Plano Diretor trouxe a necessidade de apresentarmos a revisão desse plano. O plano coloca para 2014 uma série de prioridades, por quadrênio, do que temos que investir primeiro, até 2024, para sanar toda a demanda habitacional e todo desafio que temos que cumprir. É isso que temos como tarefa: fazer a revisão até final deste ano. E o Plano Diretor Estratégico, sancionado, trouxe esse desafio para nós com diretrizes, deixando claro como temos que seguir essa revisão. Hoje, trabalhamos com dezesseis perímetros, que foram considerados prioritários e que beneficiam, mais ou menos, 85 mil famílias. Para isso, estão em andamento à elaboração de projetos que integram a proposta de intervenção nos assentamentos, propostas de infraestrutura, não só do assentamento, mas como de toda a sub-bacia, e também propostas de projetos ligados às áreas habitacionais, como reassentamento de famílias, que, por ventura, precisem ser removidas. Atualmente, o programa já identificou mais ou menos quarenta terrenos para produção habitacional. Bom, vou falar um pouco do Plano de Metas, estabelecido nesta gestão. Trabalhamos com quatro metas. A Meta 35, Meta 36, Meta 37 e Meta 84. Hoje, temos boa parte disso mapeada no Habisp. Em termos de investimento, trabalhamos com o Plano Plurianual 2014/2017 e temos previstos recursos para atendimento dessas metas na ordem de R\$6,8 bilhões, sendo que, para a Meta 35, R\$1,4 bilhão; para a Meta 36, R\$700 milhões; para a Meta 37, R\$350 milhões; para a Meta 84, R\$4,2 bilhões. Totalizando R\$1,5 bilhão por ano. O Plano Plurianual trata de previsão orçamentária para os quatro anos. Ele trabalha com 2014, 2015, 2016 e 2017. É um instrumento de planejamento previsto e foram distribuídos recursos para os próximos anos vinculados a cada meta. Então, quando foi elaborado o Plano Plurianual, a preocupação foi vincular às metas dessa gestão, para que não trabalhássemos com recursos alheios àquilo que estamos planejando no município. **Sr. Dito** - E como está o cumprimento dos cronogramas? **Sra. Márcia** - A questão dos recursos depende bastante da discussão que trabalhamos nas LOAs, nas Leis Orçamentárias. No debate da Câmara, a cada ano, quando debatemos o orçamento sofremos corte ou alguma fonte de recursos deixa de existir para atender. Varia bastante. E isso é ano a ano, mas o principal é dizer que o Plano Plurianual é a base orçamentária de qualquer intervenção para qualquer cidade deste país. Se não estiver previsto no PPA, dificilmente, conseguimos propor outro gasto que não esteja previsto no PPA. **Sra. Júlia** - Quem acompanha o Plano Municipal de Habitação sabe que havia um primeiro quadrênio, que era de 2009 a 2012, e que pouca coisa do que havia sido planejado foi de fato implementado. Sabemos que comunidades, naquela linha da priorização, estavam previstas para ter intervenção no primeiro quadrênio e não tiveram, praticamente, nenhuma intervenção. Então, que fosse esclarecido como esse déficit, vamos dizer, do primeiro quadrênio está sendo incorporado. Se foi tudo jogado para frente, então, o que era primeiro quadrênio virou segundo, ou se as intervenções que estavam previstas para aquele primeiro quadrênio vão ser absorvidas e somadas às intervenções do segundo quadrênio. Como a Prefeitura está pensando em agir em relação a esse grande atraso que vimos na execução do plano? **Sr. Dito** - Vou dar um exemplo do Projeto Integrado Meninos I, que é na região Sudeste. Há famílias que receberam o recurso do Parceria Social em 2010, para poder começar a fazer os projetos, e concluir, mais ou menos, em 2013. Agora, em 2014, vai não chegar para análise os projetos, segundo as informações do Alexandre. Em 2015, vai analisar e contratar. E vai começar em 2017. Sete anos as famílias vão ficar aguardando esses projetos! O Secretário de Habitação, no começo da gestão, praticamente, na primeira semana, disse que o Haddad, o Prefeito, havia ido para Brasília e conseguiu quase R\$ 4 bilhões de reais para poder fazer o Programa de Urbanização de Favelas. Queremos saber o que está acontecendo com o programa

ma, porque, em nossa opinião, o Programa de Urbanização de Favelas em São Paulo está paralisado, não anda! Queremos saber como vai ficar o Programa de Urbanização de Favelas, detalhadamente, onde está esse dinheiro. **Sra. Márcia** - Relembrando que a ideia hoje é não nos aprofundarmos em nenhum conteúdo. A ideia é que façamos essa revisão no âmbito do conselho, com os senhores. Precisamos fazer essa revisão, que está prevista no Plano Diretor, como necessária e obrigatória, a ser apresentada à Câmara, até o final de 2014. **Sra. Maria Isabel** - No Plano de Metas, na parte orçamentária, os valores colocados aí, o número de unidades dividido por esses valores dá muito baixo. Os valores por família atendida, ou por unidade, que seja, em todos esses itens, unidades habitacionais, organização, regularização fundiária e proteção aos mananciais. Não ficou claro, porque dá muito baixo o valor. **Sra. Márcia** - Com relação à Meta 35, os recursos do "Minha Casa Minha Vida" não entram no orçamento. A produção habitacional, que consta na Meta 35 vai basicamente para desapropriação de terrenos e assistência, projetos, levantamentos necessários para o parcelamento, ou algum outro estudo. Então, a conta que devemos fazer não é isso por 55 mil, mas é porque boa parte da produção vem de recurso federal e não entra no orçamento. Com relação à urbanização de favelas, está previsto o término das obras em andamento e os projetos nesse quadrênio, a possibilidade de finalização dos projetos da Renova-SP e o início de obras de algumas unidades. Então, esse recurso não é para atender as 70 mil. É para finalizar o que está em andamento e para iniciar outras e, além disso, recursos para projetos. Com relação à regularização fundiária, é basicamente recursos para levantamentos geotécnicos e para outros estudos necessários. Boa parte disso é custeio da Casa, é nosso; é com técnicos nossos que realizamos isso. Eventualmente, alguma obra também para trazer a regularidade técnica. E o Programa Mananciais é o valor que foi fechado com recursos do PAC 2 para as obras. Meta 35, Produção Habitacional. Até o momento, atendemos 4,4% da meta. O monitoramento da meta está no site da prefeitura, no link da Secretaria de Orçamento e Planejamento. Qualquer cidadão pode acessar e ter mais informações sobre o andamento de todas as 123 metas do programa de governo dessa gestão. Mas, até agora, já entregamos 2.076 unidades. **Sr. Sidnei** - Está dentro do Plano de Metas a questão do Renova Luz, a questão de toda a discussão que havíamos feito lá, atrás, que estava dentro do Plano de Metas 2013? **Sra. Márcia** - Esse quadro que mostrei é de basicamente recursos destinados do PPA para as quatro metas, porém o próprio PPA tem outros recursos que não constam desse quadro, também para outras ações: Programa de Cortiços, áreas centrais. Com relação à produção de unidades habitacionais, fazemos o monitoramento diário, quase horário, porque estamos sempre atualizando com muita rapidez esses monitoramentos. E hoje temos distribuída a produção habitacional em diversos programas. Vão desde o Renova Centro até as unidades que construímos no âmbito da urbanização de favelas, do Renova, entidades, convênios com o CDHU, operações urbanas, mananciais e das unidades que estamos construindo para reassentar as famílias, que estão sendo removidas pelas obras do PAC na cidade, seja ele: PAC Mobilidade; PAC Dragnet e PAC Encostas. Além disso, há os terrenos da União também, que vamos transferir para o FDS. Então, esse monitoramento é feito programa a programa e hoje temos, entre unidades construídas, em obras, contratadas a iniciar, em chamamento da Caixa e em projetos de desapropriação concluídos, 88 mil unidades, já viabilizadas para os próximos quatro anos. Estamos trabalhando com 32 mil unidades do "Minha Casa Minha Vida" Entidades, nesse monitoramento. **Sr. Floriano** - Toda essa apresentação será disponibilizada na internet para consulta de todos os conselheiros. **Sra. Márcia** - Então, esse é o balanço geral. Isso, os senhores podem também acessar no Habisp, porque esses balanços também estão disponíveis lá já. Já temos 2.400 concluídas, 12.600 em obras e 53.800 contratadas. Em licitação, 2.100 e, em projeto, 17.000. Ou seja, como disse a pouco, 88.800 unidades habitacionais já viabilizadas perante a meta de 55 mil unidades. Já superamos. No momento, estamos trabalhando com 200 áreas em desapropriação, que correspondem a 61 mil unidades; 82 áreas com açãoajuizada, com uma estimativa de 12 mil unidades; 72 áreas em elaboração de planta probatória, numa estimativa de 24 mil unidades; e 46 áreas aguardando publicação do decreto, com uma estimativa de mais 24 mil unidades. Hoje, estamos trabalhando num universo de 190 mil unidades a serem viabilizadas nos próximos anos. A ideia é transformar a produção habitacional em algo perene na Prefeitura de São Paulo, que vá além dessa gestão e que seja acompanhada e monitorada por todos nós, para que, ano a ano, tenhamos uma boa quantidade de unidades a serem entregues à população. **Sr. Dito** - Queríamos ver qual o setor, onde estão os contratos, como acessamos isso. E também queríamos saber onde estão, porque vimos ali, parecem, 30 mil unidades. Não vi direito. Você pode voltar no slide para entendermos? **Sra. Márcia** - FDS. Estamos trabalhando com 63 concluídas; 1.100 em obras; em projeto de aprovação, 4.400; em estudo, 8 mil e, em planejamento, 18 mil. Foi esse o dado que chegou para nós. **Sr. Dito** - E essas 30 mil entidades? É a soma de tudo? Mas do quê? Do movimento? **Sra. Márcia** - Isso. Do FDS. **Sr. Floriano** - Contratado é diferente. São os 88 mil que estão viabilizadas. **Sr. Dito** - O que está na Caixa Econômica Federal e não está, seria importante que a Caixa pudesse trazer essa informação. Queremos monitorar para ver. Às vezes, o Governo diz o seguinte: "Vão ser construídas um milhão de casas". Mas, onde estão as casas. É igual o "Minha Casa Minha Vida", três milhões de moradia, mas sabemos que uma coisa é você fazer três milhões de moradia em todo país; uma coisa é o interior de São Paulo e outra coisa as regiões metropolitanas. Então, precisamos ver um pouco melhor essa questão sobre a sintonia de informação entre o que está na Caixa, no CDHU, contrapartida e tudo mais. No Conselho Municipal de Habitação, seria importante, se estiver dando ou não a contrapartida, que desse a informação de que foi dada a contrapartida; que a Caixa desse essa informação e a secretária também, até para sabermos como estão os números nessa questão, nessa relação. **Sra. Márcia** - T u d o bem. Vamos tentar agilizar. **Sr. Sidnei** - Dentro de todo esse emaranhado de contratação, pergunto a você: está dentro o que é dos movimentos, está tudo dentro do pacote? **Sra. Márcia** - Nessa lista, constam todas as unidades que estão sendo construídas no Município de São Paulo, com recursos "Minha Casa Minha Vida", com recursos da CDHU, com recursos do Programa de Urbanização de Favelas e com recursos do PAC Mananciais. **Sr. Dito** - Tem que separar, Márcia. **Sra. Márcia** - Mas está separado aqui. **Sr. Dito** - Quando você fecha um pacote assim fica difícil de entendermos. **Sra. Júlia** - Só uma solicitação. Acho que ficaria muito mais claro para todos os conselheiros não só estar disponibilizado no site, mas que também nos fosse enviado. E não só essa apresentação, mas aquela planilha, para que tenhamos um controle social em cima dessa demanda e entender, porque, quando os senhores falam desses números, o que é das entidades, o que está sendo trabalhado pela prefeitura? E, Márcia, quando a senhora diz que está em obras, o que significa isso? Para quem está no dia a dia, na luta com a população, não está vendo obras, um número tão grande de obras ou um número tão grande de unidades entregues. O que significa estar em obras? **Sr. Floriano** - Está em andamento. **Sra. Júlia** - É importante disponibilizar aquele quadro para que haja, efetivamente, um controle social desses números, dessa produção. É uma solicitação. **Sr. Floriano** - Olha aí, em andamento, "Minha Casa Minha Vida", todos os empreendimentos que estão em obras têm um monitoramento, têm um status, onde está acontecendo, projeto, obra. Vocês vão ter tudo isso em mãos. Agora, as dúvidas pontuais, vamos resolver na próxima reunião. Hoje, estamos fazendo uma apresentação. **Sra. Verinha** - Secretário, só vi ali duas operações urbanas e há mais uma que está acontecendo, que é a Operação Urbana Consórcio Água Branca, que não está aí. **Sr. Floriano** - Não está ainda. Ainda não foi iniciada dentro do nosso planejamento. **Sra. Márcia** - Mapeamos todas as intervenções que pressu-

põem remoção de famílias e toda a produção habitacional. Ou seja, esses 88 mil já estão viabilizados. Temos procurado ofertar a essas famílias, que serão removidas, a produção habitacional mais próxima ao seu local de moradia atual, ou seja, a partir de determinada intervenção, num raio de 2,5 km, verificar o que está sendo produzido, para ofertar a essas famílias unidades próximas ao lugar de remoção. Até na linha da transparência, está sugerido aqui que toda essa oferta habitacional para as demandas habitacionais esteja disponível até o final do ano também no Habisp. Meta 36, Urbanizações de Favelas. Hoje já atendemos 44% da meta. A meta incluí 42 favelas sendo urbanizadas, incluindo outras favelas em 17 perímetros de ação integrada pelo Programa Renova. O que está em obras hoje: Paraisópolis, Heliópolis, Sapê, Viela da Paz, Dois de Maio, Itaberaba 2, Lajeado II, Tiro ao Pombo, Jardim Guarani/Boa Esperança, Jd. São Francisco - Etapa 2, Cinco de Julho, Nove de Julho, Vítoma Mastrozoza, Bamburrall/Árvore de São Tomás/Esperança, Córrego da Mina, Lidiene/Sampaio Corrêa e Jd. Continental/Parque das Flores. O número de famílias beneficiadas com urbanização: 45 mil. Número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais, ofertadas para reassentamento: 7.400. E o número de famílias beneficiadas pelo Programa Renova: 84 mil. Meta 37: 200 mil famílias beneficiadas pelo Programa de Regularização Fundiária. Atendemos 10% da meta, sendo que, em áreas urbanizadas, em favelas, já regularizamos área para atendimento de 1.100 famílias; em empreendimentos irregulares, 2.200 famílias e, em loteamentos, 14 mil famílias. A proposta para esse ano é mais 1.200 em favelas urbanizadas e a regularização de 1.071 unidades empreendimentos e mais 3.800 lotes de loteamentos regulares. Previsão para 2015: 47.000. Meta 84, Programa Mananciais, 70 mil famílias beneficiadas. Em andamento, 28% da meta cumprida. Temos ainda a continuidade da fase 2. Então, já temos algumas ações concluídas, como obras emergenciais, de risco, fundação, reforma de guia e sarjeta, contenções e calçadas, e reconstrução de pavimento. Estamos trabalhando com oito lotes de obras, totalizando 47.700 famílias nesse primeiro momento, como prioritário. É isso. Vamos ter oportunidade, como dissemos, de aprofundarmos mais essas informações. (Palmas) **Sr. Floriano** - Agora, uma apresentação, rápida, da COHAB. **Sr. João Canteiro** - Bom dia a todos. A COHAB trabalha na parte de apoio aos programas, obras e projetos, em geral, trabalhando com os recursos do Fundo Municipal de Habitação. A diretoria técnica normalmente está dando toda a parte de suporte para a viabilização das ações da política habitacional ligadas ao Fundo Municipal de Habitação e também com outros programas que a secretaria e município vão estar envolvidos. Entre eles, temos, nas atividades, que vêm a partir de 2013, uma parte dos mutirões. Durante esse período, entregamos 300 unidades habitacionais. Temos ainda, em obras de mutirão, aproximadamente, 220 unidades habitacionais. Temos também os empreendimentos viabilizados pelo convênio com a CDHU, que nesse período foram entregues 160 unidades. Temos aí 100 unidades em obras e um convênio de 386 unidades habitacionais, onde a COHAB, obviamente, trabalha integrada com a CDHU, na elaboração dessas obras e em todos os aspectos técnicos dela. Temos também a atuação da COHAB no programa federal, que é o OGU, onde temos uma série de obras, das quais, hoje, especificamente, temos em andamento duas obras e estamos em produção, dentro desse programa, de 84 unidades habitacionais. Especificamente, hoje, em duas obras no centro da cidade: Palacete dos Artistas e Asdrúbal do Nascimento. Temos ainda uma atividade muito forte da COHAB no suporte, no apoio para viabilização do Programa Minha Casa Minha Vida, onde temos várias subdivisões. Uma delas é o FAR, onde trabalhamos com a parte do Fundo de Arrendamento Residencial, tendo hoje, nesse período, 1490 unidades entregues e 2536 em obras. Estamos também realizando o chamamento empresarial, onde estamos viabilizando 9.147 unidades. E estão em estudo hoje para enquadramento dentro desse programa, especificamente, mais de 6 mil unidades habitacionais. Temos ainda a parte em que a COHAB também dá suporte, dá apoio para viabilização de empreendimento pelo FDS, obviamente, trabalhando junto com a SEHAB e com a Caixa Econômica Federal, para conseguir estruturar o funcionamento desse programa, com uma meta em estudo de 11 mil unidades habitacionais, especificamente, dentro do FDS. Esse é o Palácio dos Artistas. Esse é o antigo Hotel Cineasta. Aqui também o mutirão do Recanto da Felicidade, que estamos equalizando, e hoje estamos com 79% das obras executadas. A disposição da COHAB é justamente através da orientação do seu Presidente Abukater e a orientação do nosso Secretário Floriano. É justamente dar apoio técnico e operacional, a fim de conseguirmos que todas essas metas da política habitacional do município sejam atingidas. Muito obrigado. (Palmas) **Sr. Abraão** - Sr. Secretário, na gestão passada, nós, do conselho, fizemos uma crítica construtiva, principalmente, na questão dessa unidade relativa aos artistas. Na época, os movimentos, nós apresentamos vários prédios e, na calada da noite, na gestão passada, aprovaram isso aí para os artistas. Não somos contra, mas não houve participação alguma relativa à indicação de unidades que apresentamos aqui, na Região Central. E ganharam, desapropriaram e entraram com processo de reintegração em cima de nós, da Região Central. Não é que não tenha direito, mas é importante registrar isso. Por último, queria que constasse na ata que, na última audiência que tivemos relativa à Operação Urbana Água Branca, foi colocado pela prefeitura que existem recursos sim para construção de 600 unidades na Operação Urbana Água Branca. Só queria deixar registrado que foi colocado lá pelo Poder Público. **Sr. Floriano** - Existe já o recurso, mas os terrenos é que estão ainda sem a viabilização. E, no nosso planejamento, assim que o terreno é viável, ele entra nas nossas planilhas. Existe o recurso. **Sr. Floriano** - Vou passar a palavra para a Ana. Faremos a indicação de alguns conselheiros para a composição da Comissão Executiva do CMH. **Sra. Ana Maria** - Uma parte dos conselheiros compõe a Comissão Executiva. Três deles são membros natos, que são o Secretário da Habitação, o Secretário Adjunto e o Presidente da COHAB. Agora, precisamos, para formar essa Comissão Executiva, dos nomes dos suplentes. Então, do Poder Público, desses conselheiros, quem indicam para compor a Comissão Executiva. Pergunto ao Secretário Floriano: dentro dos nomes possíveis para indicação, Denise, João Leopoldo, da Márcia Terlizzi e Maria Tereza Soares, quem o senhor indica? **Sr. Floriano** - Indico Márcia Terlizzi como suplente. **Sra. Ana Maria** - Pergunto ao Dr. Marco Antônio Biasi quem será indicado para compor a Comissão Executiva. **Dr. Biasi** - A suplência para a Secretária Adjunta é da Chefe de Gabinete Maria Tereza. **Sra. Ana Maria** - João Abukater, quem dos conselheiros que representam a COHAB irá fazer parte da Comissão Executiva, como suplente? **Sr. João Abukater** - Jair José Rodrigues será o suplente. Na Sociedade Civil, temos que ter a indicação de um representante das universidades, um para titular e um para suplente. Pergunto aos conselheiros, Débora Sanches, Júlia Moretti, Luiza Naomi e Rafael Conde, quem será o titular e quem será o suplente na Comissão Executiva. **Sra. Débora** - Conversamos aqui e nossa ideia é da Júlia ficar como titular, pela PUC, e eu, Débora, pela Belas Artes, como suplente. **Sra. Ana Maria** - A mesma pergunta faço para APEMEC, SINDUSCON e SECOVI, se já tem as pessoas que serão titulares e suplente. **Sr. Marco Antônio Florenzano** - Das associações de sindicatos, APEMEC, Marco Antônio Florenzano, titular. E, SECOVI, Abelardo Campoy, suplente. **Sra. Ana Maria** - Pergunto aos Movimentos Populares quem é o titular e quem é o suplente. **Sr. Dito** - Maksuel é o titular e o Maldonado é o suplente. E o Sidnei é o titular e o companheiro Charlie Brown é o suplente do Sidnei, na Comissão Executiva. E o terceiro: titular, Felícia. E a Suplente é a Leandro. **Sra. Ana Maria** - O Charlie Brown é o José Alves Dias? **Sr. Dito** - O José Alves Dias é o nosso companheiro Charlie Brown. Na Comissão Executiva, os conselheiros podem ter apoio, uma assessoria para acompanhá-los. **Sra. Ana Maria** - Dito, a pessoa vem acompanhando o conselheiro, mas sem ter direito à palavra na reunião. Agora, entre IAB e SCIESP, quem seria o titular e o suplente? **Sr. Ale-**

xandre - Do IAB, Caio será o titular. O suplente será o Tirelli. **Sr. Floriano** - Vamos passar para o Item 6 - Indicação de conselheiros do CMH para integrarem os seguintes conselhos: CAHEIS - Secretaria Municipal de Licenciamento que solicita um titular e um suplente dos Mov. Populares para integrarem o CAHEIS. Pedido feito através de ofício, de 03 de outubro de 2013. Vocês trouxeram a solução para essa indicação? **Sr. Dito** - Sim. Nos Movimentos Populares, é o companheiro Abraão, na titularidade, e, na suplência, a companheira Nilda. **Sr. Floriano** - Na mesma situação, Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo. **Sr. Dito** - Titular, Carmen. E o suplente é o Chiquinho, que é o Francisco Carlos Barros. **Dr. Marcelo** - Nesse Item 6.2, os integrantes seriam do segmento da Sociedade Civil ou do seguimento dos Movimentos Populares. A sugestão que faço seria uma indicação de um titular e um titular do outro para que haja uma paridade nessa atuação junto ao Conselho Municipal. **Sr. Floriano** - A Mesa concorda. Há alguma objeção do Plenário? (Não há manifestação contrária) **Sra. Ana Maria** - Há algum candidato da Sociedade Civil que poderia participar do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo? **Dr. Marcelo** - A sugestão seria a indicação do Dr. Abelardo, da Sociedade Civil, representando o SECOVI-SP. Quanto a ser titular ou suplente, na verdade, tanto faz, porque a ideia é que se trabalhe em conjunto, e até por uma questão de agenda. Um ano, um pode ser o titular. No outro ano, suplente. **Sr. Floriano** - E dos Movimentos Populares? **Sr. Sidnei** - Carmen. **Sr. Floriano** - Carmen e Abelardo. Decidiram que Carmen vai ser a titular no primeiro ano. E o Dr. Abelardo será suplente. Daqui um ano trocam. Agora, o Fundo Nacional de Saneamento Ambiental e Infraestrutura - FMSAI - da Secretaria Municipal de Habitação. Também precisa de um titular e um suplente da Sociedade Civil, para o Conselho Gestor. **Sr. Dito** - No conselho passado, com todo o respeito ao companheiro Elcio, que cumpriu o papel, o Secretário de Habitação, Ricardo Leite, "tratorou" o movimento, nesse tema da questão do saneamento porque ele indicou os empresários. Tenho um respeito muito grande por ele, mas tenho liberdade de dizer. E, quando quisemos participar do processo, já haviam fechado, já tinham voto. Nós tínhamos minoria e não conseguimos. Então, que, neste momento, como os empresários participaram do outro conselho, que dessa vez a vaga ficasse para nós, do Movimento Popular. Podemos fazer um revezamento e, na próxima, serem os empresários. **Sr. Elcio** - Da nossa parte, não há qualquer... **Sr. Dito** - Obrigado, Elcio. **Sr. Elcio** - Queria fazer uma prestação de contas ao Conselho Municipal de Habitação, até porque, na gestão passada do Conselho, eu representava o conselho no Conselho Gestor do Fundo de Saneamento. A última reunião que eu participei foi no final de dezembro de 2011. Esse Conselho Gestor do Fundo de Saneamento continuou com suas reuniões até final de 2012. Por que participei até 2011? Porque foi quando terminou o mandato do Conselho Municipal de Habitação. Esse Conselho Gestor define onde os recursos do Fundo serão alocados. Então, no caso, os programas são de mananciais e de urbanização de favelas. Além disso, na metade de 2011, trouxe à mesa uma discussão para uma operação de antecipação de recursos do Fundo. Esse Fundo recebe recursos. O produto que a Sabesp arrecada por conta, da exploração do que ela faz no saneamento e na água, em percentual de 7,5%, vai para esse Fundo de Saneamento, que o município aplica, então, nesses programas de mananciais e de urbanização de favelas. Eu era o representante e, naquela oportunidade, foi colocado pelo Presidente do Conselho, à época, que era o Secretário Municipal de Habitação, Ricardo Pereira Leite, uma proposta de antecipação dos recursos arrecadados pela Sabesp, no caso o percentual, do orçamento de 2012. Ou seja, estava sendo proposta essa antecipação. E foi colocado se os conselheiros aprovariam. Eu, representando o Conselho Municipal de Habitação, por ser 2012 o último ano de gestão da atual prefeitura, não concordaria com aquela decisão. Isso foi o motivo que me levou à decisão contrária de aprovar a operação, pela cessão onerosa que a operação iria fazer aos cofres públicos. Votei contrariamente a essa proposta da Secretaria. Não estou aqui questionando. Não é isso. O recurso só poderia ser aplicado nos programas que constam do plano de investimentos do Fundo de Saneamento. A minha investigação, volto a dizer, estávamos falando de um orçamento, no último ano de governo, e por conta de um custo financeiro que se teria por conta da operação. Então, minha decisão foi nessa linha. Era essa a prestação de contas que queria dar aos senhores. (O Sr. Floriano deixa a reunião) **Sr. Dito** - Temos uma dúvida. No Conselho de Saneamento, já decidiu-se que vai respeitar qualquer indicação, seja empresário, seja Movimento Popular, seja ONG, seja qualquer um desse conselho, porque a indicação tem que ser feita do conselho, menos o representante do Poder Público. No meu entendimento, acho que até do Poder Público, porque a indicação é do CMH. Mas, por caráter ético, moral e tudo mais, a indicação deveria ser pelo membro da Sociedade Civil, em geral, no âmbito dos conselheiros. **Dr. Abelardo** - O regulamento foi estabelecido para que tirássemos aqui três nomes. Na primeira comissão, o membro a ser indicado sai dos movimentos sociais, exclusivamente. Estamos respeitando isso. Na segunda comissão, os dois seguimentos da sociedade estão contemplados. Atendendo à proposta do Dr. Marcelo, nós nos compusemos. Na terceira comissão, que é essa que representa o Fundo Municipal de Saneamento, o indicado sai da Sociedade Civil, mas só dos empresários. Acho que os senhores não estão respeitando isso. Isso é claro. **Sra. Júlia** - De minha parte, sou favorável a que se divida. Não tenho nada contra a proposta. Agora, se dentro do segmento há divergências, por parte dos empresários, que se vote entre os segmentos e aceitamos que o movimento participe como representante da Sociedade Civil. E acho que temos que ver, por uma questão de ordem, dentro da Sociedade Civil, quem são os candidatos que estão se disponibilizando a integrar esse conselho, porque há outras pessoas interessadas e não somente os empresários. Esse segmento é mais amplo do que só empresários. **Dr. Abelardo** - Quando me referi aos empresários, entendi que os Movimentos Sociais não fariam parte, mas os demais segmentos da sociedade, tal como a senhora citou, têm direito sim a participar. **Dra. Denise** - Na lei que rege o Fundo Municipal de Saneamento, existem duas divisões: os representantes do Poder Público e os representantes da Sociedade Civil. Na Lei do Fundo, a Sociedade Civil é genérico, é amplo. Então, ela não define a qual parcela da Sociedade Civil seria indicada a representação. Não tem relação, pelo menos, na Lei do Fundo, da identidade de qual Sociedade Civil e qual seguimento está sendo representado. Então, também, nessa questão, acabei de consultar a Dra. Vera, mais uma vez, e o entendimento jurídico da assessoria do conselho é que é Sociedade Civil de forma genérica, independente da regra de cada conselho específico que indique seu representante. **Sra. Maria Isabel** - O que está escrito aqui, no Item 6.1, é uma solicitação da indicação de um membro titular e suplente, dentro dos conselheiros dos Movimentos Populares. A outra questão que quero colocar aqui é que acho que tem que fazer a composição para representação no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, mas já está esclarecido que é da Sociedade Civil. Então, nós, da assessoria, e outros conselheiros, podemos também se candidatar e estamos aqui nos candidatando, ou para suplente, ou para titular. **Sra. Ana Maria** - Pela explicação da Denise, pode tanto Movimento Popular quanto Sociedade Civil fazer parte. Só não pode sair daqui à indicação do Poder Público. Então, eu pergunto aos senhores se têm já os candidatos a titular e suplente da Sociedade Civil ou dos Movimentos Populares. **Sr. Rafael** - Eu sou Rafael, conselheiro suplente, e gostaria de me candidatar, para titular ou suplente. **Sra. Ana Maria** - O Rafael está se colocando aqui como candidato à vaga de titular ou suplente no FMSAI. O Rafael é da Assessoria Técnica do PEABIRU. (Pausa) Dra. Vera, temos uma pergunta, que veio à mesa. O Rafael é nosso conselheiro suplente. Ele pode ser indicado como conselheiro no FMSAI, como titular? É uma indicação do membro do conselho. **Dra. Vera** - Se for indicado, sim. **Sr. Dito** - A nossa sugestão de indicação é o Rafael, na titularidade, e a Eliete, que é

do Movimento Popular, na suplência, para composição desse Conselho. **Sra. Ana Maria** – Então, fica indicado, pelo Conselho Municipal de Habitação, o Rafael Borges Pereira, da PEABIRU, como titular, e a Eliete Calisto da Cruz, como suplente. **Dr. Biasi** - O próximo item da pauta é a agenda para as próximas reuniões do conselho. A proposta foi encaminhada aos senhores. **Sra. Ana Maria** – O Dito havia solicitado quando teria que ser entregue as solicitações de voto. E a data para essa executiva está programada para o dia 19. A solicitação de voto teria que ser entregue na segunda-feira. O Dito pediu se poderíamos dar mais alguns dias para que a solicitação de voto fosse entregue. Primeiramente, todos concordam com a proposta de agenda que foi encaminhada? (Não há manifestação contrária) **Sr. Dito** - Havia sido feita uma sugestão de não apresentarmos nenhuma solicitação de voto nessa reunião para, para votar votos acumulados na Comissão Executiva. Essa é uma alternativa. É uma sugestão para não ter voto, solicitação de voto, nessa reunião. Mas que pudéssemos, na Executiva, além dos votos que temos que fazer lá, abrir a possibilidade de apresentarmos os assuntos que queremos, urgentemente, transformar de solicitação de voto. A sugestão é a seguinte: que os votos podem ser feitos de duas formas. Ele pode ser feito pelos conselheiros, individualmente, ou pode ser feito de forma conjunta, com uma parceria entre a secretaria, os conselheiros do governo, e da Sociedade Civil, em geral, dos Movimentos, dos empresários. Essa é uma alternativa. Por quê? Fazem-se um voto sozinho, esse voto chega com um peso. Se esse voto é feito por mais segmentos dentro do conselho, chega com outro peso. Queremos fazer uma proposta, por exemplo, para aumentar o valor do Parceria Social. Se fizéssemos essa proposta de voto, só nós, seria um peso. Se fizéssemos esse voto entre os secretários, se houvesse um consenso, é outro peso. Então, é essa a discussão que queremos fazer: quais são os votos que nós, enquanto Movimento Social, queremos defender, mas que ele entre como prioridade na próxima pauta. É isso que queremos sugerir aqui. **Sra. Ana Maria** – Dito, sua sugestão é bem-vinda. Está programada, para essa reunião da Comissão Executiva, a primeira, que seria realizada no dia 19 de agosto, toda a aprovação das contas do Fundo Municipal de Habitação, de 2011 e de 2012, mais tudo que a COHAB tiver ali de votos que foram feitos ad referendum do conselho; ela tem que prestar contas do que foi realizado. Então, seria uma reunião com uma quantidade muito grande de assuntos. Ai, se ficar para uma próxima, acredito que seria muito mais viável, muito mais fácil. Vocês podem vir até com a proposta do que entraria na pauta na próxima. **Sr. Dito** - Já está dentro desse cronograma o que sugerimos, só que temos que analisar o que queremos apresentar primeiro e tudo mais. Temos que pactuar entre nós. **Sra. Ana Maria** – Perfeito. A agenda, então, pode ser considerada aprovada. (Não há manifestação contrária) **Aprovada. Sr. Dito** - Vai chegar à lista dos votos para nós? **Sra. Ana Maria** – Claro. Tudo deve chegar aos senhores. A Mesa tem uma proposta. O próximo assunto seria apresentar como funcionam os Grupos de Trabalho e com as sugestões que tenham para que sejam criados os Grupos de Trabalho. Para fazer essa apresentação, vai demorar certo tempo. Os senhores não preferem que encerremos aqui, agora? E faremos a continuidade disso no dia 28 de agosto. **Sr. Dito** - Se os senhores pudessem nos mandar essa apresentação, da metodologia de criação dos Grupos de Trabalho, dentro dos critérios, já protocolamos, até a reunião da Executiva, os Grupos de Trabalho que queremos formar, dentro dos critérios pré-estabelecidos. Então, que apresentemos na data limite as propostas para levar ao conselheiro. Então, até o dia 13, quinze dias antes da reunião do conselho, apresentamos, dentro dos critérios. E os senhores nos mandam os critérios. **Sra. Ana Maria** – Perfeito. Mandamos aos senhores. Como o material já foi distribuído, posso reenviar, e, na próxima reunião, já teríamos definido com os senhores os temas dos Grupos de Trabalho, para as pessoas fazerem as inscrições. **Sra. Luciana** - Sou conselheira do Centro Gaspar Garcia. Queria solicitar, até para qualidade dos trabalhos, que o material dos balanços seja disponibilizado nos próximos cinco dias para que possamos começar a trabalhar e fazer as propostas dos GTs em cima dos dados concretos. **Sra. Ana Maria** – Luciana, só para esclarecer, nessa análise do balanço das contas do Fundo, eles vão ser encaminhados no dia 08, toda a prestação de contas para os senhores saberem e analisarem, para a reunião do dia 19. Todo o material sempre é disponibilizado previamente. **Sra. Júlia** - Existem grupos que não terminaram os trabalhos e serão mantidos agora ou se vamos começar do zero a formação desses GTs. São temas livres? Não há nenhum GT já existente, em andamento, que precisa ser integrado? **Sra. Ana Maria** – Júlia, a título de esclarecimento de todos, os GTs que foram criados na gestão anterior foram: o acompanhamento orçamentário, que nunca nem iniciou. O outro, que também não evoluiu, foi o GT dos mutirões. O do Plano Municipal de Habitação, sim. Sei que a nossa conselheira Márcia Terlizzi vai propor que seja recriado esse conselho do Plano Municipal de Habitação. O do Política Habitacional nunca aconteceu também. O GT de demanda concluiu, teve a resolução final. Mas, não é porque um tema foi discutido anteriormente que não possa ser rediscutido agora. Por último, foi o GT dos conflitos fundiários e que teve um andamento; teve até uma resolução aprovada. Vai ficar em aberto para os senhores decidirem quais temas querem colocar. **Sr. Dito** - Seria importante que, junto com essa relação dos critérios, que fosse mandada também essa lista do que está em aberto, até para informar quem tenha interesse de retomar e tudo mais. **Sra. Júlia** - Recentemente a prefeitura limitou o acesso que antes era público à base cadastral dos imóveis, dívidas dos imóveis. Então, antes, conseguíamos pegar livremente na internet a certidão de valor venal, a certidão de dados cadastrais, dívidas. Agora, está limitado o acesso e não basta você fazer o cadastramento on line. Você tem que assinar, reconhecer firma, protocolar e aguardar uma autorização. Primeiramente, quero me manifestar contrariamente a esse retrocesso que foi feito, porque, se a prefeitura está preocupada em identificar quais eram os acessos, bastava o credenciamento on line, vinculando o CPF. Em segundo, quero fazer uma solicitação para que os conselheiros, automaticamente, tenham acesso a esses dados dos imóveis na Cidade de São Paulo. São informações fundamentais para que possamos, inclusive, avaliar essas políticas que estão sendo colocadas no planejamento, seja de imóveis vazios, para que possamos complementar as informações do controle social em cima das informações da prefeitura. Já que já têm nosso CPF, nossos dados, para que, para os conselheiros, seja liberado e, inclusive, pensar se não é o caso de voltar ao acesso livre, porque são informações importantes para a sociedade em geral. **Dr. Biasi** - Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Não havendo mais interesse em se manifestar, declaro encerrada esta primeira reunião do CMH. (Encerra-se a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – GESTÃO 2014/2016
Data: 28/8/2014 Horário: 14 horas
Local: Rua Libero Badaró nº 504, 10º andar sala 102– Edifício Martinelli
1 – Ata da 1ª Reunião Ordinária da 5ª Gestão do CMH - 2014/2016 - realizada em 01 de agosto de 2014
Deliberação: Aprovada por unanimidade pelos participantes da reunião.
2 – Apresentação sobre o Regimento Interno dos Grupos de Trabalho do CMH (Resolução CMH Nº44), e sugestões de temas para formação dos Grupos de Trabalho – Gestão 2014/2016 (solicitações dos Conselheiros Benedito Roberto Barbosa - representante do segmento dos Movimentos Populares e Rafael Borges Pereira - representante do segmento da Sociedade Civil, e de outros que quiserem apresentar sugestões);
Deliberações: Aprovadas por unanimidade o que segue:
a) a criação dos seguintes Grupos de Trabalho (GT):

- * GT Permanente de Mediação de Conflitos Fundiários;
- * GT Permanente para Acompanhamento do Plano Diretor Estratégico - PDE;
- * GT Permanente de Acompanhamento Orçamentário e das Metas;
- * GT Permanente PMH;
- * GT Permanente Habitação no Centro;
- * GT Permanente Demanda/ Critérios Municipais para o Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV e de Acompanhamento do Programa Casa Paulista

- * GT Temporário Urbanização de Favelas;
- * GT Temporário Assistência Técnica;
- * GT Temporário Mutirões com Autogestão;
- * GT Temporário Avaliação do Parceria Social / Atendimento Provisório,

Os Grupos de Trabalho devem ser formados nos termos do disposto no artigo 4º da Resolução CMH Nº44, ou seja:
*com a quantidade mínima de seis participantes,dos quais três devem ser Conselheiros;

*cada um dos três Conselheiros a integrar cada Grupo de Trabalho deve pertencer a um dos três segmentos que compõe o Conselho Municipal de Habitação, a saber: Poder Público, Sociedade Civil e Movimentos Populares.
b) os Grupos de Trabalho Temporários devem concluir seus diagnósticos no período de 30 (trinta) dias a partir de sua implantação, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias.
c) oGT Permanente Demanda/ Critérios Municipais para o Programa Minha Casa Minha Vida- MCMV/ e de Acompanhamento do Programa Casa Paulistaana deverá ter como primeiro assunto, a ser tratado em caráter prioritário e urgente, com prazo de apresentação do relatório final em até 30 (trinta) dias a partir de sua primeira reunião, os Critérios Municipais para parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida nos termos da Portaria nº595/2013 do Ministério das Cidades

3 – Solicitação de Voto CMH Nº01/2014 - Proposta para Assinatura dos Contratos do empreendimento Conjunto Residencial Vista Linda, apresentado pelo Conselheiro Valmir Vaz Santos - representante do segmento dos Movimentos Populares.

Deliberação: Com aprovação unânime dos conselheiros o voto é retirado da pauta, com os seguintes encaminhamentos:

a) será analisado no **GT Temporário de Mutirões com Autogestão**;

b) deverá ser o primeiro assunto a ser tratado por esse Grupo de Trabalho, a ser constituído por conselheiros e representantes da COHAB, assessoria jurídica da SEHAB e dos movimentos populares (e nos termos da Resolução CMH Nº44).

4 – Solicitação de Voto CMH Nº02/2014 - Aporte de recursos do FMH destinados à execução de obras e serviços no empreendimento habitacional Residencial São Francisco do Lageado, sob responsabilidade do Forum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, apresentado pelo Conselheiro Antônio Marsura (representante do segmento Poder Público - Caixa Econômica Federal).

Deliberação: Aprovada por unanimidade pelos participantes da reunião o aporte de R\$1.250.520,24 (hum milhão, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte reais e cinquenta e quatro centavos) sem retorno ao Fundo Municipal de Habitação, destinados à execução das obras de três muros de arrião, inclusão de novos itens de segurança e infra-estrutura, atualização de valores, trabalho social e legalização, nos termos propostos pela Caixa Econômica Federal.

5 – Solicitação de Voto CMH Nº05/2014 - Autorização para que os empreendimentos originários de Convênios assinados com Associações de Construção de Moradias Por Mutirão, que seriam suportados com recursos do Fundo Municipal de Habitação, sejam alterados e viabilizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, apresentado pelo Conselheiro João Abukater Neto - representante do Poder Público - Presidente da COHAB-SP.

Deliberação: Aprovada por unanimidade pelos participantes da reunião.

6 – Solicitação de Voto CMH Nº06/2014 - Autorização para utilização de recursos do Fundo Municipal de Habitação, para contratação de serviços necessários à obtenção do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e possibilitar a regularização de 3.579 unidades habitacionais, condicionada à disponibilidade financeira e orçamentária

Deliberação: Dado a natureza da matéria, que não necessita de aprovação dos conselheiros, o voto é retirado da pauta. Foram prestados os devidos esclarecimentos pelos técnicos da COHAB-SP.

7 – Solicitação de Voto CMH Nº07/2014 - Altera em parte a Resolução CMH 31/2007, aprova o reajuste de valores do subsídio do Programa de Parceria Social, e regulamenta os valores do Auxílio Aluguel estabelecido pela Portaria SEHAB Nº323/2010. Apresentado pelos Conselheiros Benedito Roberto Barbosa - representante do segmento dos Movimentos Populares - e Rafael Borges Pereira - representante do segmento da Sociedade Civil.

Deliberação: Com aprovação unânime dos conselheiros, o voto é retirado da pauta com os seguintes encaminhamentos:

a) será analisado no **GT Temporário de Avaliação do Parceria Social / Atendimento Provisório**.

b) deverá ser o primeiro assunto a ser tratado por esse Grupo de Trabalho.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

DESPACHO

A Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

Processo nº 2014-0.236.779-8 – I – A – Vísta dos elementos constantes no processo Especial de Adiantamento Bancário e pela competência a mim atribuída por força do artigo 4º da Lei 13.766/2004, AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho, para fazer face às despesas através de ADIANTAMENTO BANCÁRIO, relativa aos meses de SETEMBRO e OUTUBRO/2014, conforme disposto na Lei Municipal 10.513/88, regulamentada pelo Decreto Municipal 48.592/07, Portaria SF 026/2008 e Portaria 32/2009-Gab.HSPM, em nome do Sr. ORIOVAL DE PAULA SOUZA, registro funcional 3.357-6, CPF 117.083.068-46, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) onerando-se a dotação 02.1 0.10.122.3024.2.100.3.3.90.39.00, conforme Nota de Reserva nº 1.454.

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 131, 1º Andar de 2ª e 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
ADDED COMP. & TEL. COM. SERV. L	2014-0.196.617-5-Ata RP 02.01/13A Prodam	2089
R.P. LARANJEIRA - ME	2014-0.231.618-2-Dispensa	2090

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 131, 1º Andar de 2ª e 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
FARMACONN LTDA	2014-0.214.552-3-Dispensa	2054

DESENVOLVIMENTO URBANO

DEPARTAMENTO DE USO DO SOLO

COMUNIQUE-SE

2014-0.238.371-8-ALFREDO ANDRADE FROES; LOCAL: Rua Rodrigo Lobato nº 111; ASSUNTO: Certidão de uso do solo.
Considerando a Ordem Interna nº 001/2013-SMDU/G e o artigo 49 do Decreto nº 51.714/10, que dispõe que não são certificáveis “textos legais e atos normativos municipais”, o Departamento de Uso do Solo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicita ao interessado no processo administrativo nº 2014-0.238.371-8 que compareça ao atendimento ao público (às terças e quintas-feiras, das 13:00h às 17:00h) deste Departamento de Uso do Solo, no prazo de 30 (trinta) dias a partir desta publicação, para dirimir eventuais dúvidas que não possam ser resolvidas por consulta direta à lei, sob pena de arquivamento do respectivo processo com fundamento no artigo 24 da Lei nº 14.141/06. Caso tais dúvidas ainda remanesçam após o atendimento ao público presencial, deverá ser protocolada manifestação expressa e justificada que fundamente as dúvidas suscitadas, no Setor de Protocolo, Rua São Bento, 405, 17º andar, sala 171-B, para que seja dado prosseguimento na análise técnica.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

CONSULTA PÚBLICA 02/2014

COMUNICADO

PROCESSO 2013-0.291.564-5

Abertura de Pregão Eletrônico para “contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, com instalação de sistema de CFTV com manutenção preventiva e corretiva do sistema e monitoramento de imagens e ronda eletrônica para as unidades pertencentes ao gabinete da Secretaria Municipal da Saúde.”

A Secretaria Municipal da Saúde da Cidade de São Paulo coloca a disposição dos interessados a Consulta Pública para colher subsídios para finalização do edital do objeto acima, cuja minuta poderá ser consultada no site e-negócios (<http://e-negocioscidade.sp.prefeitura.sp.gov.br>), no período de 04/09/2014 a 08/09/2014.

Solicitamos aos interessados que solicitem esclarecimentos ou apresentem suas sugestões somente no endereço eletrônico (consultapublicasms@prefeitura.sp.gov.br), dentro do período acima mencionado.

DIVISÃO TÉCNICA FINANCEIRA - SMS.2

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam CONVOCADAS, as firmas abaixo relacionadas, a retirarem as respectivas Notas de Empenho, no prazo de 03 dias úteis, a partir desta publicação, à R. Gal. Jardim, 36, 9º andar das 8:30 às 12:30h e das 14:00 às 16:00h, com apresentação do original ou cópia reprográfica dos seguintes documentos: Certidão de Tributos Mobiliários e Imobiliários Prefeitura de São Paulo ou Declaração de que a firma não possui débitos com a mesma, CND - Certidão Negativa de Débitos da Previdência, Certificado de Regularidade do FGTS e demais documentos, conforme Edital,Ata ou Convocação, bem como portar carta de autorização ou procuração, para a retirada das mesmas:

Proc.	N.E.	Firma
2014-0.219.092-8	68.676	Becton Dickinson Ind. Cirúrgicas Ltda
2014-0.219.101-0	68.674	Becton Dickinson Ind. Cirúrgicas Ltda
2014-0.217.791-3	68.732	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.237.857-9	70.471	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.221.771-0	68.672	Consalab Com. Importadora Ltda
2014-0.217.796-4	68.739	Cristália Prods.Quim. Farmacêuticos Ltda
2014-0.223.524-7	68.736	Cristália Prods.Quim. Farmacêuticos Ltda
2014-0.217.785-9	68.711	Dental Med Sul Art. Odontológicos Ltda
2014-0.221.401-0	68.668	Dimed Dist.Med.Prods.Méd. Hospitalares Ltda ME
2014-0.228.761-1	69.987	Ever Green Ind. E Comércio Ltda
2014-0.228.789-1	69.982	Godoy & Baptistella Ind.Com.Prods. Higiene Ltda
2014-0.217.769-7	68.750	Multilab Ind.Com.Prods. Farmacêuticos Ltda
2014-0.221.782-6	68.768	Pharlab Ind. Farmacêutica S/A
2014-0.217.230-0	68.714	Portal Ltda
2014-0.217.777-8	68.752	Prati, Donaduzzi & Cia Ltda
2014-0.213.433-5	68.744	Prati, Donaduzzi & Cia Ltda
2014-0.221.795-8	68.722	Solumed Dist.Med.Prods. Para Saúde Ltda EPP
2014-0.221.812-1	68.719	Solumed Dist.Med.Prods. Para Saúde Ltda EPP

ANÇA JUDICIAL

Proc.	N.E.	Firma
2014-0.226.808-0	69.019	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.226.808-0	69.045	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.226.808-0	69.032	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.208.304-8	68.863	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.208.304-8	68.867	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.208.265-3	68.960	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.208.265-3	68.948	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.208.265-3	68.946	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.209.779-0	69.003	CBS Médico Cient.Com Representação Ltda
2014-0.192.350-6	68.892	Dipromed Com. E Importação Ltda
2014-0.183.616-6	68.908	Drogaria Enfarma Ltda
2014-0.208.331-5	68.670	Eli Lilly do Brasil Ltda
2014-0.170.526-6	68.688	Eli Lilly do Brasil Ltda
2014-0.208.250-5	68.665	Eli Lilly do Brasil Ltda
2014-0.208.304-8	68.866	Eli Lilly do Brasil Ltda
2014-0.208.265-3	68.940	Eli Lilly do Brasil Ltda
2014-0.192.341-7	68.727	Hospfar Ind.Com.Prods. Hospitalares Ltda
2014-0.170.526-6	68.677	Hospfar Ind.Com.Prods. Hospitalares Ltda
2014-0.204.727-0	68.970	Lazio Com.Repres. E Serviço Ltda EPP
2014-0.204.727-0	68.968	Lazio Com.Repres. E Serviço Ltda EPP
2014-0.106.211-0	68.904	Medtronic Comercial Ltda
2014-0.126.851-6	68.901	Novartis Biotecnologias S/A
2014-0.192.341-7	68.713	Portal Ltda

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS - SMS.3

GRUPO TÉCNICO DE COMPRAS - AÇÃO JUDICIAL COMUNICADO DE AQUISIÇÃO

MEMO Nº 937/2014 - Grupo Técnico de Compras - Ação Judicial

A Secretaria Municipal da Saúde torna público que irá adquirir os produtos abaixo relacionados, visando o atendimento de ordem judicial.

Para tanto, informa que eventuais proponentes interessados poderão enviar proposta de preços pelo e-mail lucimereandrade@prefeitura.sp.gov.br ou pelo fax nº 3397-2137 ou pessoalmente na Rua Gen. Jardim, 36, 3º andar (Grupo Técnico de Compras – Ação Judicial – Fone 3397-2136 no prazo de 48 horas a partir da data da publicação.

Deverá constar da proposta:

1. Descrição do produto
2. Quantidade
3. Preços unitários e globais

4. Validade/Garantia do produto (devem apresentar validade/garantia mínima de 12 meses na data da entrega)

5. Indicar marca e fabricante
6. Informar valor mínimo de faturamento
7. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
8. Condição de pagamento: 30 (trinta) dias após adimplimento do objeto
9. Prazo de entrega: 08 (oito) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho.
10. Número de CNPJ e do CCM
11. Deverá constar o número da agência e da conta para pagamento, no Banco do Brasil, conforme Decreto Municipal nº 51197/10 de 22/01/10
12. As empresas deverão estar com os seguintes documentos atualizados:
- 12.1. CND - INSS
- 12.2. CRS - FGTS
- 12.3. Certidões de Tributos Mobiliários
- 12.4. Cartão do CNPJ
- 12.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida da União.

Obs.: Nas compras de medicamentos, os preços deverão atender à Resolução nº 04 CMED-DOU DE 18/12/2006 E Comunicado nº 3 publicado no DOU de 05/09/2013 - CAP 21,92%.

Segue abaixo, relação dos produtos, quantidades e número de processo.

PROCESSO: 2014-0.235.918-3

Objeto:

Item 03 –

Código SUPRI:

Descrição/Características: AGULHAS PARA CANETA PLIC.

DE INSULINA – 4MM BD

Apresentação: UNIDADES

Quantidade: 900 (NOVECENTAS)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS - SMS.3

GRUPO TÉCNICO DE COMPRAS - AÇÃO JUDICIAL COMUNICADO DE AQUISIÇÃO

MEMO Nº 938/2014 - Grupo Técnico de Compras - Ação Judicial

A Secretaria Municipal da Saúde torna público que irá adquirir os produtos abaixo relacionados, visando o atendimento de ordem judicial.

Para tanto, informa que eventuais proponentes interessados poderão enviar proposta de preços pelo e-mail rosangelarosa@prefeitura.sp.gov.br ou pelo fax nº 3397-2137 ou pessoalmente na Rua Gen. Jardim, 36, 3º andar (Grupo Técnico de Compras – Ação Judicial – Fone 3397-2136) no prazo de 03 dias úteis da data da publicação.

Deverá constar da proposta:

1. Descrição do produto
2. Quantidade
3. Preços unitários e globais
4. Validade/Garantia do produto (devem apresentar validade/garantia mínima de 12 meses na data da entrega)
5. Indicar marca e fabricante
6. Informar valor mínimo de faturamento
7. Validade da proposta: 90 (noventa) dias
8. Condição de pagamento: 30 (trinta) dias após adimplimento do objeto
9. Prazo de entrega: 08 (oito) dias úteis
10. Número de CNPJ e do CCM
11. Deverá constar o número da agência e da conta para pagamento, no Banco do Brasil, conforme Decreto Municipal nº 51197 de 22/01/10
12. As empresas deverão estar com os seguintes documentos atualizados:
- 12.1. CND - INSS
- 12.2. CRS - FGTS
- 12.3. Certidões de Tributos Mobiliários
- 12.4. Cartão do CNPJ
- 12.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida da União.

Obs.: Nas compras de medicamentos, os preços deverão atender à Resolução nº 03/CMED de 03/03/2011, publicada no DOU de 09/03/2011.

Segue abaixo, relação dos produtos, quantidades e número de processo.

PROCESSO: 2014-0.237.724-6

Objeto: MATERIAL MEDICO

ITEM 1: APLICADOR DO CONJUNTO DE INFUSÃO SILHOUETTE MMT 385

Quantidade:01 UNIDADE.

ITEM 2: CONJUNTO DE INFUSÃO PARADIGM SILHOUETTE FULL SET 17 MM X 60 CM MMT 373

QUANTIDADE: 06 CAIXAS.

ITEM 3: RESERVATORIO MINIMED RESERVOR PARADIGM 3 ML MMT 103 A

QUANTIDADE:60 UNIDADES

ITEM 04: BATERIA PARA BOMBA DE INFUSÃO MINIMED MMT 104

QUANTIDADE:12 UNIDADES(2 CARTELAS)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DETERMINAÇÃO DE MATERIAIS

ITEM 01: BATERIA PARA BOMBA DE INFUSÃO MINIMED MMT 103 A

QUANTIDADE:60 UNIDADES

ITEM 02: BATERIA PARA BOMBA DE INFUSÃO MINIMED MMT 104

QUANTIDADE:12 UNIDADES(2 CARTELAS)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DETERMINAÇÃO DE MATERIAIS

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3

DEFESA ADMINISTRATIVA

Ficam CONVOCADAS as empresas abaixo relacionadas, a apresentarem Defesa Prévia por descumprimento de cláusula contratual, à Rua General Jardim, 36 – 3º andar – Vila Buarque, das 8 às 16 hs. no prazo de 05